

■ O Brasil conta hoje com mais de 11 milhões de servidores públicos, responsáveis por fazer o Estado funcionar e garantir a execução de políticas que chegam diariamente à população. Eles representam cerca de 12% da força de trabalho nacional e, em sua maioria (quase 60%), atuam em nível municipal, onde o contato com o cidadão é mais direto. Aproximadamente quatro em cada dez servidores trabalham em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança pública.

Esses números revelam o tamanho e a importância do serviço público, mas também ajudam a dimensionar seus desafios. O sentimento de valorização está profundamente ligado ao reconhecimento institucional e à confiança na estabilidade das regras que regem suas carreiras e aposentadorias. Nesse contexto, planejamento e segurança financeira se apresentam como meios para fortalecer a estabilidade das carreiras e o propósito de longo prazo.

Desde a aprovação da Reforma da Previdência, pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019, o sistema previdenciário brasileiro passou por mudanças profundas, especialmente para o funcionalismo público. Estados e municípios que possuem Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) passaram a ter a obrigação de oferecer um Regime de Previdência Complementar (RPC) aos servidores que recebem acima do teto do INSS, atualmente fixado em R\$ 8.157,41.

Diante desse cenário, a previdência complementar surge como uma ferramenta relevante. Mais do que um mecanismo financeiro, ela representa a possibilidade de planejar o futuro com autonomia, especialmente diante das mudanças estruturais nos regimes previdenciários e das transformações demográficas em curso no país, como o crescente aumento da expectativa de vida e a longevidade ativa. A segurança previdenciária e o bem-estar não são apenas uma questão individual, mas uma forma de preservar o capital humano que sustenta o Estado e parte do compromisso de longo prazo com o desenvolvimento nacional.

O Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, convida à reflexão sobre o papel desses profissionais e sobre como podemos fortalecer, na condição de Entidade de previdência complementar, as condições para o exercício de um serviço público eficiente, ético e preparado para os desafios do futuro. É reconhecer a importância de quem, com dedicação e resiliência, mantém as engrenagens do serviço público brasileiro em funcionamento.

Ao final, o que se desenha é uma nova etapa de amadurecimento para a previdência pública e complementar, são tempos onde garantir aos servidores a possibilidade de planejar o futuro, com previsibilidade e autonomia, é também valorizar o serviço público e reforçar a confiança nas instituições que sustentam o Estado brasileiro.

O futuro da previdência é, em muitos aspectos, o próprio futuro do serviço público.

***Sandro Grando** é Diretor-Presidente da BB Previdência

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 28.10.2025.